

## EDUCAÇÃO PARA COMPETITIVIDADE

Emerson Kapaz\*

Será possível imaginar um país como o nosso, disputando um lugar no mundo desenvolvido, sem começar a priorizar educação já? A resposta todos nós sabemos. A pergunta seguinte é inevitável: e por que não fizemos isso antes? A resposta já não parece tão fácil.

Seja por uma falta de percepção das nossas elites (deliberada ou não), seja por falta de vontade política, a verdade é que o tema educação não era um tema prioritário. Não "era". Felizmente, alguma coisa está mudando.

Começamos a descobrir que a tão falada "Globalização da Economia" não é única e exclusivamente uma questão econômica. Ela coloca cada país diante do desafio gigantesco de descobrir as suas vocações como país, em uma economia cada vez mais mundial. Ora, descobrir as vocações de um país significa ir ao encontro de nossas vocações regionais, setoriais, empresariais e humanas, que se refletem nas mais variadas áreas.

No fundo, o que a nova ordem mundial e a terceira Revolução Industrial, que é a da inteligência e do conhecimento, estão nos ensinando é que tudo passa pela valorização máxima do fator

humano. Sem investir no fator humano, continuaremos patinando.

Sobreviverá quem potencializar a sua criatividade, o seu conhecimento, a sua educação.

Falo aqui de educação no conceito mais amplo que o termo pode significar. Ou seja, não estamos falando somente de alfabetização, mas principalmente de acúmulo de conhecimento.

Mesmo os países mais avançados já discutem uma reformulação do seu processo educacional, tendo que antecipar-se às mudanças que estão em andamento.

Trata-se de uma educação que esteja voltada para os fatores determinantes da competitividade e da inserção de nosso país na economia internacional.

Os novos atributos de qualificação exigidos nos postos de trabalho são radicalmente diferentes daqueles típicos dos processos que ainda dominam a produção no Brasil. São mecanismos que valorizam o raciocínio lógico, a capacidade de comunicação, de decisão e solução de problemas, a cooperação, a capacidade de aprender e principalmente a valorização de uma visão global e de uma percepção do todo.

Não podemos confundir a educação voltada para estes novos padrões de competitividade com a educação voltada para o preenchimento de postos de trabalho, ou mais especificamente, com a preocupação exclusiva do aprendizado de um ofício.

\* Coordenador do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE).

No contexto da modernização tecnológica, a ênfase no aprendizado de um ofício, em detrimento de educação básica ampla, significa a condenação destas crianças, num futuro próximo, à marginalidade.

O desafio para nós, brasileiros, é fantástico. Mas não é impossível.

O primordial nós já estamos conseguindo, que é a conscientização do problema e a urgente inversão de prioridades. Não basta que sejam somente prioridades públicas. Ou a sociedade, como um todo, se engaja nesta empreitada, ou não teremos como suplantarmos o *gap* que nos afasta dos países mais avançados.

E preciso que nós, empresários, entremos com propostas viabilizadoras nesta direção, quebrando preconceitos de ambos os lados. Do lado dos educadores, que costumam dizer que o poder econômico deve manter-se a distância, e do lado dos empresários, que acreditam que educação é um problema do Estado.

Do ponto de vista da participação empresarial, além de exemplos nacionais, como é o caso do próprio PNBE, que tem partido para um projeto de parceria com as escolas públicas, temos muito a aprender com os exemplos internacionais.

No caso do Japão, onde o sistema educacional não apresenta

grandes inovações, existe uma estreita correspondência entre a estrutura educacional e a estrutura ocupacional, onde a importância do desempenho escolar é levada aos processos de recrutamento e seleção das empresas. Elas valorizam e respeitam os critérios de avaliação escolar em suas contratações, o que, por sua vez, leva as escolas a se preocuparem permanentemente com o seu desempenho.

Na Alemanha, que é um exemplo de dinamismo tecnológico, existe uma estreita cooperação entre a escola e a empresa, com papéis claramente definidos: às escolas cabe a transmissão dos conteúdos de educação geral, e as empresas se responsabilizam pela aplicação dos conhecimentos técnico-científicos necessários à habilitação específica.

Não faltam iniciativas que visem recuperar a capacidade de articulação entre a iniciativa privada e o Estado visando a solucionar problemas comuns.

Estamos num momento ímpar de nossa história. A sociedade civil começa a se reorganizar nos seus mais variados níveis, e aumenta nossa percepção sobre os problemas e como solucioná-los. Temos agora, em outubro, a mais ampla eleição de nossa recente democracia. É o momento de cobrarmos programas de governo que deixem claramente explícitas essas prioridades e os compromissos de como executá-las.